

Metrópoles, cultura política e cidadania no Brasil

Metropolises, political culture and citizenship in Brazil

Sérgio de Azevedo
Orlando Alves dos Santos Jr.
Luiz César de Queiroz Ribeiro

Resumo

O artigo aborda a cultura política dos brasileiros à luz daquilo que vem sendo denominado pela literatura Nova Cultura Política – NCP, buscando avaliar os limites e as possibilidades dessa abordagem para interpretar a atual cultura política. A análise, baseada em um *survey* realizado no país, indica a existência de diferenças significativas na cultura política dos brasileiros, quando se levam em consideração as diferentes cidades metropolitanas do país. Apesar disso, constatam-se em todas as cidades pesquisadas, grupos de cidadãos expressando opiniões, valores e atitudes associadas à Nova Cultura Política. Não obstante a identificação desses traços, a análise indica que os valores e comportamentos relacionados à Nova Cultura Política estão longe de se constituírem na principal gramática cultural existente. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que no Brasil há um entrelaçamento de múltiplas gramáticas culturais criando cenários extremamente diversificados de percepções, valores e comportamentos dos agentes.

Palavras-chave: cultura política; metrópoles; nova cultura política; cidadania; associativismo.

Abstract

The article discusses Brazil's political culture, in the light of what has been called the New Political Culture – NPC, aiming at evaluating the limits and possibilities of this approach to analyze the current political culture. The analysis, based on a national survey, indicates that there are significant differences in the political culture of Brazil, when one takes into account the different metropolitan cities of the country. Nevertheless, there are, in all the surveyed cities, groups of citizens expressing opinions, values and attitudes associated with the New Political Culture. Despite the identification of these elements, the analysis indicates that the values and behaviors related to the New Political Culture are far from being the main existing cultural grammar. In this sense, one could say that in Brazil there is a mixture of multiple cultural grammars, creating extremely diverse perceptions, values and behaviors of the agents.

Keywords: *political culture; metropolises; new political culture; citizenship; active participation.*

O debate em torno da relação entre as esferas econômica e cultural tem sido objeto de uma diversidade de abordagens nas ciências sociais. Reconhecendo sua complexidade, o objetivo deste artigo é refletir sobre a cultura política e o exercício da cidadania no Brasil, a partir dos primeiros resultados de um *survey* nacional realizado sobre o tema.¹

O processo de globalização contemporânea tem suscitado discussões envolvendo diversos aspectos da dinâmica socioeconômica. Na ciência política, em especial duas questões têm emergido como objeto de reflexão. A primeira pode ser sintetizada no tema da globalização e seus impactos sobre a dinâmica democrática e a concepção clássica de cidadania, envolvendo a relação dos cidadãos com o Estado, o associativismo, a representação de interesses e a participação sociopolítica. A outra questão parece estar diretamente relacionada aos impactos que os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespacial têm ocasionado na vida social, nas instituições democráticas, nos padrões de interação e na cultura cívica das grandes cidades. Ambas as questões estão interligadas ao que vem sendo designado pela literatura como Nova Cultura Política (NCP), que busca evidenciar a emergência de novos laços entre a cidadania e a condição urbana. O presente artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos teóricos relacionados a esse debate, de forma a refletir sobre a tese clássica da sociologia urbana segundo a qual o exercício da cidadania, sobretudo na sua dimensão da cidadania política, seria não só influenciada pelo modo de vida citadino como constituiria mesmo a manifestação do “efeito cidade”² em sentido sociológico.

Nova cultura política e as idiossincrasias do Brasil

Na abordagem da Nova Cultura – NCP, que tem como seu principal formulador o sociólogo Terry Clark,³ a cidadania política contemporânea associaria valores pós-modernos, com ênfase na defesa dos direitos individuais, maior tolerância para diferentes padrões de comportamento, abertura para experimentação no plano individual, menor grau de subordinação às normas preconizadas pelo Estado (com uma diminuição da valorização, entre outros, do pagamento de imposto e da prestação do serviço militar como expressão do bom exercício da cidadania moderna), quase sempre acompanhada de certo conservadorismo no nível de políticas econômicas.

Tendo em vista as transformações apontadas, poder-se-ia dizer que nas áreas mais urbanizadas, caracterizadas pela heterogeneidade social e habitadas por classes e grupos com maior capacidade de poder político e econômico, tenderiam a prevalecer traços dessa cidadania pós-moderna em contraposição às demais áreas urbanas, que manteriam maior cristalização dos valores da cidadania clássica hegemônica desde o século passado, composta por suas dimensões civil, política e social. Com efeito, como afirmam Cabral e Silva (2007), na contemporaneidade, o exercício dos direitos de cidadania tenderia a manifestar-se de forma mais expressiva através da “geometria variável” da automobilização do que através do associativismo clássico, vinculado fundamentalmente às formas convencionais de “capital social”.

Podemos dizer que a NCP tem sua origem nas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e institucionais associadas à globalização, tendo forte relação com a ascensão de valores pós-materialistas em sociedades que alcançaram níveis de desenvolvimento econômico.

Os autores que abordam a questão da cidadania contemporânea identificam, em maior ou menor grau, as mudanças na cultura política e nas modalidades de ação coletiva à pós-modernidade, que, no nosso entender, não pode ser compreendida fora do contexto atual da globalização. Como afirma Harvey (2004, p. 88), podemos conceber a globalização contemporânea como "um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual" na atual fase de desenvolvimento do capitalismo. No novo cenário internacional, algumas características do panorama político global se destacam. A mais evidente delas é o enfraquecimento relativo do Estado nacional, instituição central da política desde a "Era das Revoluções", devido tanto ao seu monopólio do poder público e da lei quanto porque constituía o campo efetivo de ação política para a maioria dos atores (Hobsbawm, 1995).⁴

Atualmente, embora variando em função das características locais, há uma tendência de diminuição da participação direta do Estado como produtor direto de bens e serviços. Além disso, em um contexto internacional até recentemente fortemente desregulado, o sistema financeiro reduzia fortemente as margens de manobra econômica e política dos governos nacionais, especialmente na periferia do sistema.⁵

Ressalte-se, ainda, no caso brasileiro, a nossa extrema desigualdade estrutural, apesar

das melhorias ocorridas na última década e de termos entrado para o grupo dos países chamados "emergentes", em virtude da nossa importância econômica e política internacional. Mesmo assim, a desigualdade estrutural brasileira – em parte uma herança do nosso passado escravocrata – continua sendo um elemento-chave que marca nossa modernidade e nossa cultura política. Ainda que o universalismo de procedimentos no Brasil – predominante nos países democráticos desenvolvidos – venha aumentando paulatinamente sua importância ao longo das últimas décadas, ele está longe de constituir a gramática hegemônica do nosso dia-a-dia. Isto é ainda mais óbvio nas regiões menos desenvolvidas do país. Como lembra Edson Nunes, no Brasil se usam diferentes gramáticas políticas dependendo do momento e do local de forma entrelaçadas: universalismo de procedimentos, clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático (Nunes, 1997).

Além disso, é necessário chamar a atenção para as idiosincrasias das nossas grandes regiões metropolitanas para compreensão da sociedade brasileira. O Brasil possui cerca de 29 regiões metropolitanas, nove delas institucionalizadas na década de 70, numa iniciativa do Governo Federal que, à época, estava nas mãos dos militares. As demais foram criadas nos anos 90 por iniciativa de governos estaduais, quando já havia sido resgatado o regime democrático. As regiões metropolitanas, segundo a contagem da população de 2007, reúnem aproximadamente 43% da população brasileira.⁶ Vale lembrar que a população metropolitana situa-se tão somente em 463 municípios (distribuídos em 18 estados e no Distrito Federal) dos 5.560 existentes no país (Garson, 2009).

O ritmo de crescimento demográfico das regiões metropolitanas institucionalizadas na última década foi um pouco superior à média nacional, indicando que essas regiões, apenas com algumas exceções, não são mais polos de intenso crescimento populacional (Moura, 2004). Ressalte-se, entretanto, que as grandes metrópoles brasileiras continuam se caracterizando não só por concentrarem a maior parte da riqueza nacional, como também por possuírem expressivos focos de pobreza e de exclusão social: encontram-se nas regiões metropolitana 8% dos pobres e 90% dos domicílios localizados em favelas (Davidovich, 2001). Muitas dessas metrópoles e aglomerações urbanas se articulam configurando novos arranjos espaciais, com redobrada importância no plano econômico e social e também redobrada complexidade política e cultural. Ao lado das evidências do aumento da importância demográfica e econômica, as metrópoles brasileiras concentram hoje inúmeros problemas sociais complexos, cujo lado mais evidente e dramático é a exacerbação da violência, com seus impactos sobre as formas de exercício da cidadania.

É a partir desse sucinto “pano de fundo” delineado nesta seção e das informações sobre o exercício de algumas das práticas da cidadania nas metrópoles brasileiras que poderemos refletir até que ponto a denominada “Nova Cultura Política” apresenta peso relevante, seja de forma mais ampla, seja em setores específicos dos moradores das cidades brasileiras.

O exercício da cidadania nas metrópoles brasileiras

Tomando como referência a pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles, em parceria com outras instituições nacionais e internacionais, podemos traçar um quadro da cultura política do Brasil buscando entender e explicar o exercício da cidadania e traçar uma radiografia comparativa da motivação dos brasileiros na ação política.⁷ Nessa análise, busca-se, de um lado, comparar o Brasil com outros seis países onde a mesma pesquisa foi realizada, envolvendo o Canadá, os Estados Unidos, a França, a Suécia, a Espanha e Portugal; e de outro, ressaltar a cultura política dos principais centros urbanos metropolitanos do país, comparando os dados nacionais com os de outras sete cidades selecionadas – São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Natal e Goiânia – buscando capturar diferenças que possam ser relacionadas à dinâmica metropolitana.

Associativismo e mobilização sociopolítica

De uma forma geral, no caso brasileiro, sobressaem os níveis de filiação a igrejas ou organizações religiosas seguidas dos grupos desportivos nas áreas metropolitanas e dos sindicatos, quando se consideram as áreas não

Tabela 1 – Associativismo – Brasil, 2006

Brasil - Formas de associativismo	Metropolitano	Não-Metropolitano
Partido político	0,17	0,25
Sindicato, grêmio, associação profissional	0,50	0,44
Igreja ou organização religiosa	0,99	1,24
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,58	0,39
Outra associação voluntária	0,34	0,25

Obs.: avalia-se a atitude através de índice de 0 a 3 (3 - Participa ativamente; 2 - Pertence, não participa ativamente; 1 - Já pertenceu; 0 - Nunca pertenceu).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

metropolitanas. Essas três categorias de associativismo aparecem, qualquer que seja a área considerada, com maior peso que as demais “Associações Voluntárias” e os “Partidos Políticos” (Tabela 1).

Deve-se frisar que as metrópoles apresentam maiores níveis de associativismo no que concerne à filiação a sindicatos, associações profissionais, grêmios esportivos e culturais e a outras associações voluntárias, enquanto as áreas não metropolitanas se destacam por apresentarem maiores níveis de filiação a igrejas ou organizações religiosas e a partidos políticos. Poder-se-ia dizer que as metrópoles tendem a ser um pouco menos religiosas que o restante das áreas urbanas. Ressalte-se, ainda, que – apesar de suas baixas representatividades – os partidos políticos nas cidades menores, *vis-à-vis* às metrópoles, se apresentam instrumentalmente com maior cacife.

Em geral, tal como observado nos demais países onde a pesquisa foi aplicada, o Brasil apresenta níveis de mobilização sociopolítica superiores aos níveis de filiação a

organizações associativas, ao mesmo tempo em que estes níveis se mostram mais elevados nos polos metropolitanos do que nas demais áreas urbanas do país, o que poderia se aproximar da adoção de práticas vinculadas à nova cultura política, tal como apontado na literatura, apesar de constarmos níveis extremamente baixos de mobilização política no país. Ressalte-se que os índices de mobilização política para aqueles que possuem nível superior são fortemente superiores aos que apresentam baixa escolaridade (Tabela 2).

No caso brasileiro, mesmo os índices de “mobilização social e política” para aqueles que possuem escolaridade superior e residem em áreas metropolitanas são bastante inferiores aos percentuais de Portugal, que ocupa nesse campo um dos mais baixos *ranking* entre os países desenvolvidos. Nesse quesito, entre os sete países comparados, Canadá, Estados Unidos, Suécia e França ocupam as primeiras posições, sendo o Brasil o último colocado, bastante distanciado do penúltimo colocado que é a Hungria (Tabela 3).

Tabela 2 – Mobilização sociopolítica e escolaridade – Brasil, 2006

Ação político-social	Até 4ª série fundamental	5ª a 8ª série fundamental	Ensino médio	Superior	Brasil
Assinar petição ou fazer abaixo-assinado	0,90	1,11	1,28	1,65	1,15
Boicotar produtos	0,34	0,52	0,57	0,81	0,51
Participar em manifestações	0,54	0,70	0,92	1,15	0,76
Participar em comícios ou reuniões políticas	0,95	1,05	1,19	1,23	1,07
Contatar políticos para expressar sua opinião	0,43	0,58	0,69	0,89	0,60
Dar dinheiro para causas públicas	0,53	0,64	0,65	0,75	0,61
Contatar ou aparecer na mídia	0,30	0,43	0,53	0,74	0,45
Participar de fórum ou grupo de discussão pela internet	0,20	0,40	0,54	1,01	0,44
Participar de greve	0,30	0,50	0,63	0,89	0,51

Obs.: Avalia o comportamento com índice de 0 a 3 (3 – fez no último ano; 2 – fez em anos anteriores; 1 – não fez, mas poderia fazer; 0 – nunca o faria).

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006.

Tabela 3 - Índice de mobilização social e política (médias) por países selecionados – 2006

País	Índice de mobilização social e política	N
Canadá	1,36	1.068
Estados Unidos	1,22	1.485
França	1,22	1.485
Suécia	1,19	1.295
Espanha	0,96	2.481
Portugal	0,97	1.602
Brasil	0,70	2.000

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP (2006).

Escala: (3) fez no último ano; (2) fez em anos anteriores; (1) não fez, mas poderia ter feito; (0) nunca o faria⁸

Tabela 4 – Deveres do Bom Cidadão
 Ajudar pessoas do resto do mundo que vivem em situação precária

País	Média
Brasil*	6,23
Espanha	5,82
Portugal	5,81
Canadá	4,83
Suécia	4,78
Hungria	3,80

Obs.: o indicador varia de 1 a 7 (7 – Muito importante, e 0 – Nada importante).
 Fonte: International Survey Programme (ISSP) e European Social Survey (ESS) (2006),
 Observatório das Metrópoles - IPPUR/UFRJ (2006).

Por outro lado, no que diz respeito aos “Deveres do Bom Cidadão: ajudar pessoas do resto do mundo que vive em situação precária”, em relação aos mesmos países da Tabela 3, a situação se inverte completamente, ocupando o Brasil o primeiro lugar no *ranking*. Ressalte-se, na Tabela 4, que os países com melhores programas de *welfare states*, como o Canadá e Suécia, apresentam pontuações muito menores que a brasileira.

Poder-se-ia arguir que alto índice no quesito em pauta apresentado pelo Brasil *vis-a-vis* aos demais países poderia, em parte, estar vinculado a uma cultura cívica de solidariedade ou mesmo a nossa forte cultura cristã, que designa como mandamento primeiro “amar ao próximo como a si mesmo”. Entretanto, é mais provável que esse comportamento seja decorrente, sobremaneira, do caráter fortemente relacional da nossa sociedade, que em termos de valores prioriza as necessidades do grupo familiar em sua perspectiva ampliada – que comporta, inclusive, amigos e agregados – em detrimento de interesses

individualistas, visto como reprováveis socialmente (Damatta, 1979).

A persistência desse comportamento cultural de forma mecânica e, portanto, pré-reflexiva, ou seja, visto como natural, explica-se, no nosso entender, particularmente, pelo papel do familiarismo como instrumento de sobrevivência pessoal em uma sociedade onde historicamente tanto o mercado capitalista, em termos econômicos, como o Estado, enquanto provedor de direitos sociais básicos, não foi capaz de proteger adequadamente as pessoas em momentos de crises. Ressalte-se, que essa estratégia é um traço que corta transversalmente toda a sociedade, sendo mais forte, evidentemente, entre setores populares e médios que apresentam famílias estruturadas de forma tradicional.

Como no Brasil é comum se utilizar, concomitantemente, mais de uma gramática política (Nunes, 1997), não é por acaso que, mesmo mantendo o *top* de linha na Tabela 4, essa opinião de *Ajudar as Pessoas*, seja levemente inferior nas regiões metropolitanas em relação

às demais áreas urbanas. Essa diferença, ainda que pequena, poderia ser decorrente, tanto de uma maior desestruturação da chamada família clássica nas grandes cidades – onde cresce fortemente o número de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres – como de uma maior força relativa da gramática oficial do *universalismo de procedimento*, baseado no mérito individual e na valorização da privacidade pessoal.

Uma outra possibilidade analítica está relacionada à comparação entre as diferentes cidades onde a pesquisa foi realizada.⁹ Nessa perspectiva, os dados indicam que São Paulo e Porto Alegre se diferenciam do conjunto das demais cidades por alcançarem índices bem superiores à média nacional, tanto no que se refere à intensidade de associativismo quanto à de mobilização sociopolítica (Tabela 5). As demais cidades se situam mais próximas da

média nacional, com exceção de Belo Horizonte, que nos dois casos atingiu o menor índice.

Indicadores de predisposição para a ação sociopolítica

Os níveis de associativismo e mobilização sociopolítica certamente estão relacionados às percepções em torno do sistema político. Mas os comportamentos sociopolíticos são resultados de processos de socialização e aprendizagem, resultando, segundo o contexto social e as opções pessoais, em atitudes políticas ativas ou passivas. Entendendo que os comportamentos sociopolíticos são passíveis de aprendizado, podemos dizer que o comportamento de uma pessoa “como sujeito ativo ou como indivíduo politicamente passivo tem muito a ver com a própria trajetória” (Schmidt apud Baquero e

Tabela 5 – Associativismo e ação política e social (médias)
Brasil e cidades selecionadas – 2006-2008

Cidade	Associativismo		Mobilização	
	Média	N	Média	N
São Paulo	0,66 d	384	0,91 c	384
Porto Alegre	0,60 c, d	383	0,84 c	383
Rio de Janeiro	0,51 b	499	0,69 b	498
Belo Horizonte	0,37 a	383	0,57 a	378
Recife	0,42 a	381	0,70 b	374
Natal	0,42 a	379	0,64 a, b	376
Goiânia	0,55 b, c	381	0,69 b	380
Brasil	0,52	2.000	0,70	2.000

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP (2006-2008).

Escala: (0) nunca pertenceu a (3) participa ativamente.¹⁰

Anova: $F(6,2783) = 18,341$; $p < 0,001$.

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si; letras iguais, grupos não estatisticamente diferentes entre si (Duncan a $p < 0,05$).

Baquero, 2007), o que coloca em questão o processo de socialização para a cidadania vivenciado pelos agentes sociais. Tendo em vista esse quadro de referência, a pesquisa tomou como indicador do processo de socialização política – como um dos fatores que podem influenciar a predisposição para a ação sociopolítica – a frequência com que se discutia política em casa e/ou na escola ou universidade, considerando a fase adolescente e a juventude.

Considerando esse fator como um elemento de socialização primária na política, podemos perceber que, em geral, os brasileiros não têm o costume de falar de política quando jovens nos espaços onde vivem ou estudam. De fato, em geral, na média os brasileiros apenas raramente discutem política nesses espaços. Nesse tema, comparando-se as cidades brasileiras, mais uma vez se destacaram, situando-se acima da média nacional, as cidades de São

Paulo e de Porto Alegre, desta vez acompanhadas da cidade do Rio de Janeiro (Tabela 6).

Não obstante a importância dos processos de socialização primária, é preciso levar em consideração os novos processos de diferenciação decorrentes da exposição a novos grupos de referência e novas experiências de vida. Nesse sentido, também é importante avaliar em que medida as pessoas conversam sobre política no seu cotidiano, levando-se em consideração seu local de trabalho, encontros informais com os amigos, em sua casa ou de seus familiares, em reuniões associativas ou ainda em conversas com vizinhos. No âmbito da pesquisa, consideramos essas práticas como processos de socialização secundária. Em geral, os índices nesse quesito se mostraram muito coerentes com o anterior, acompanhando o baixo grau de socialização primária na política. Em outras palavras, em geral, apenas

Tabela 6 – Socialização política, Brasil e cidades selecionadas – 2006-2008

Cidade	Socialização primária		Socialização secundária	
	Média	N	Média	N
São Paulo	2,38 d	380	2,26 d	382
Porto Alegre	2,42 d	378	2,24 d	380
Rio de Janeiro	2,11 c	486	2,09 c	496
Belo Horizonte	1,92 a	364	1,53 a	383
Recife	1,92 a	366	2,01 c	372
Natal	1,98 a, b	362	1,89 b	378
Goiânia	2,07 b, c	379	2,01 c	379
Brasil	2,06	1.979	2,06	1.979

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP (2006-2008).

Escala: (1) nunca a (4) frequentemente.¹¹

Anova: $F(6,2704) = 20,287$; $p < 0,001$.

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si; letras iguais, grupos não estatisticamente diferentes entre si (Duncan a $p < 0,05$).

raramente discute-se política nesses espaços. Também aqui, destacaram-se, situando-se acima da média nacional, as cidades de São Paulo e de Porto Alegre, novamente acompanhadas da cidade do Rio de Janeiro (Tabela 6).

Como já mencionado anteriormente, um outro aspecto importante na construção das percepções em torno da política diz respeito ao acesso e à exposição à mídia informativa. Nesse ponto, é interessante observar as diferenças entre as cidades brasileiras pesquisadas. Sem grandes surpresas, repete-se o destaque para as cidades de Porto Alegre e de São Paulo, onde seus moradores aparecem mais expostos à mídia informativa, nesse item seguido por Belo Horizonte. Olhando os dados relativos ao Brasil,

destaca-se o alto índice de alcançado em todas as cidades pelo acesso à televisão como principal fonte de informação política. No caso de Porto Alegre, cabe mencionar a alta frequência de leitura de jornais como fonte de informação política, ficando muito acima das demais cidades brasileiras (Tabela 7). Aqui é preciso considerar o impacto diferenciado das várias fontes de informação na construção da opinião crítica dos cidadãos, quando consideramos o acesso às informações decorrentes do rádio e da televisão em comparação com diários e revistas semanais, no caso brasileiro agravado pela extrema desigualdade social, que torna a capacidade cognitiva extremamente diferenciada segundo os níveis de escolaridade.

Tabela 7 – Exposição à mídia informativa
Brasil e cidades selecionadas – 2006-2008

Mídia informativa	Brasil	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Recife	Natal	Goiânia
a) Lê assuntos políticos nos jornais	2,22	2,84	3,18	2,69	2,57	2,26	2,16	2,53
b) Vê noticiários na televisão	4,10	4,50	4,32	3,98	4,07	4,04	4,02	4,19
c) Ouve noticiários no rádio	2,95	2,92	2,89	2,76	3,31	2,67	2,36	2,80
d) Utiliza a internet para obter notícias e informação política	1,37	1,95	1,93	1,62	1,54	1,51	1,45	1,65
Média	2,66	3,05	3,09	2,77	2,88	2,64	2,51	2,79
N	2.000	384	382	498	383	377	378	384

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006-2008.

Nota: Anova: $F(6,2765) = 23,534$; $p < 0,001$.

Escala: (1) nula exposição e (5) máxima exposição.¹²

Percepções sobre deveres e direitos relativos ao exercício da cidadania

Quando analisamos as opiniões em torno dos deveres relacionados ao bom exercício da cidadania, podemos perceber a tendência dos brasileiros valorizarem, pelo menos no plano discursivo, práticas comumente relacionadas aos deveres associados ao exercício da cidadania, envolvendo o dever de votar nas eleições, pagar impostos, obedecer às leis, ajudar as pessoas e prestar serviço militar, entre outras questões (Tabela 8).

De uma forma geral, quando analisamos as médias para o Brasil, destaca-se o fato que os dois temas menos valorizados foram “escolher os produtos que consome” e, bastante preocupante, “participar em associações, sindicatos e partidos”. A relativa menor valorização do primeiro tema talvez possa ser explicada pelo ainda fraco movimento de defesa do consumidor *vis-à-vis* aos países do chamado primeiro mundo. Por um lado, os avanços institucionais nessa área – entre eles a criação do Código de Defesa do Consumidor e a criação de órgãos governamentais municipais de defesa

Tabela 8 – Opiniões sobre os deveres relativos ao bom exercício da cidadania Brasil e cidades selecionadas, 2006-2008

Deveres relativos à cidadania	Brasil	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Recife	Natal	Goiânia
a) Votar sempre nas eleições	5,68	5,56	5,63	5,44	5,96	5,89	5,90	5,88
b) Nunca sonegar impostos	5,71	5,76	5,81	5,70	6,09	5,91	6,20	5,99
c) Obedecer sempre às leis	6,12	5,93	6,01	6,07	6,00	6,27	6,26	6,25
d) Manter-se informado sobre o governo	5,68	5,64	5,77	5,71	5,05	5,84	6,17	6,01
e) Participar em organizações sociais ou em partidos	4,61	3,98	4,62	4,62	4,03	5,07	5,32	4,99
f) Tentar compreender diferentes opiniões	5,74	5,74	5,72	5,84	6,01	6,14	6,21	5,88
g) Escolher produtos por questões políticas, éticas ou ambientais	4,36	4,04	4,80	4,50	4,78	4,89	5,37	4,77
h) Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil	6,46	6,30	6,23	6,42	6,33	6,67	6,71	6,34
i) Ajudar as pessoas de outras partes do mundo	6,23	6,06	5,63	6,17	5,86	6,45	6,59	6,26
j) Serviço militar	5,05	4,23	4,51	5,20	4,91	5,35	5,74	5,25
Média	5,57	5,32	5,47	5,57	5,50	5,85	6,05	5,76
N	2.000	384	384	497	384	381	381	382

Escala: 7 – Muito importante a 1 – Nada importante.¹³

do consumidor – possuem menos de três décadas. Por outro, devido à extrema desigualdade do país, a maioria da população pobre tenderia a priorizar o acesso à quantidade dos produtos necessários para sua sobrevivência, em relação à qualidade, o que implica a escolha de mercadorias mais baratas. De qualquer forma, é possível dizer que isso tem mudado de forma incremental primeiramente em relação aos produtos consumidos pela classe média e, de forma mais lenta, no referente aos produtos de consumo de massa.

Em relação ao segundo tema, a menor valorização da participação em associações, sindicatos e partidos pode ser explicada tendo em vista as características do sistema político e social brasileiro, onde o universalismo de procedimentos – ainda que, na qualidade de retórica oficial, venha aumentando paulatinamente o seu espaço na história republicana do país – é sobrepujado ou aparece entrelaçado por outras gramáticas políticas como o corporativismo, o clientelismo e, em menor grau, com o insulamento burocrático (Nunes, 1997).

No que concerne aos valores com índices mais elevados, destacam-se as opiniões relativas a Ajudar Pessoas Necessitadas, tanto as brasileiras como, inclusive, de outras partes do mundo. É provável que esse comportamento seja decorrente, sobremaneira, do caráter fortemente relacional da nossa sociedade, que em termos de valores prioriza as necessidades do grupo familiar em sua perspectiva ampliada – que comportaria, inclusive, agregados e amigos – em detrimento de interesses individualistas, visto como reprováveis socialmente. (Damatta, 1979).

Na comparação entre as diferentes cidades onde a pesquisa foi realizada, o que mais chama atenção são as diferenças que opõem, novamente, as cidades de São Paulo e de Porto Alegre, caracterizadas por serem os lugares onde menos se valorizam comportamentos comumente relacionadas aos deveres da cidadania moderna, e Recife, Natal e Goiânia, em outro, pela razão inversa, ou seja, pela maior valorização dessas mesmas práticas, com as cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte ocupando um lugar intermediário nessa escala.¹⁴

Esse quadro se repete quando analisamos as opiniões relativas aos direitos de cidadania (Tabela 9). Os brasileiros, em geral, consideram muito importante ter um nível de vida digno, o respeito aos direitos das minorias, o tratamento igualitário, ser escutado e ter mais oportunidades de participação nas decisões de interesse público. Mas também nesse caso podemos perceber que os cidadãos de São Paulo e de Porto Alegre, desta vez acompanhados pelos de Belo Horizonte, valorizam menos esses temas vinculados aos direitos de cidadania e que, inversamente, os moradores de Recife, Natal e Goiânia, agora com os do Rio de Janeiro, expressam maior importância a essas questões.

Diante dos valores e das percepções que ficaram evidenciadas ao longo dessa sessão, não é de estranhar que os brasileiros não demonstrem muito interesse pela política, pelo menos da forma como percebem a política oficial no Brasil. Na média, poder-se-ia definir a posição do brasileiro como sendo de quase nenhum interesse. Coerente com as diferenças observadas ao longo da análise, de novo São

Paulo e Porto Alegre são as capitais que mais se diferenciam da média nacional, ultrapassando a barreira do pouco interesse. De qualquer forma, vale registrar que as cidades de

Goiânia, do Recife e do Rio de Janeiro também ficaram levemente acima da média, apesar de distantes das duas anteriormente mencionadas (Tabela 10).

Tabela 9 – Opiniões sobre os direitos de cidadania Brasil e cidades selecionadas, 2006-2008

Direitos do cidadão	Brasil	São Paulo	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Recife	Natal	Goiânia
a) Nível de vida digno	6,64	6,55	6,58	6,71	6,68	6,67	6,79	6,68
b) Autoridades respeitarem os direitos das minorias	6,46	6,45	6,56	6,61	5,62	6,67	6,69	6,73
c) Autoridades tratarem todas as pessoas como iguais	6,66	6,57	6,57	6,76	6,63	6,70	6,77	6,81
d) Políticos escutarem os cidadãos	6,55	6,38	6,54	6,73	6,46	6,53	6,55	6,67
e) Ter mais oportunidades de participar das decisões de interesse público	6,46	6,23	6,35	6,69	6,41	6,41	6,65	6,46
Média	6,55	6,44	6,52	6,70	6,36	6,60	6,69	6,67
N	2.000	384	382	499	384	378	381	383

Escala: 7 - Muito importante a 1 - Nada importante.¹⁵

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006-2008.

Tabela 10 – Grau de interesse na política Brasil e cidades selecionadas – 2006-2008

Cidade	Média	N
São Paulo	2,29 d	381
Porto Alegre	2,24 d	378
Rio de Janeiro	1,90 b	487
Belo Horizonte	1,65 a	375
Recife	1,95 b, c	370
Natal	1,68 a	375
Goiânia	2,07 c	380
Brasil	1,88	1.954

Fonte: Pesquisa Observatório das Metrôpoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP (2006-2008).

Escala: (1) não tem interesse nenhum a (4) muito interessado.¹⁶

Anova: $F(6,2736) = 27,829$; $p < 0,001$.

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si; letras iguais, grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan $\alpha < 0,05$.

Considerações finais: a multiplicidade de gramáticas culturais nas metrópoles brasileiras

Segundo Clark e Inglehart (2007) a NCP se caracterizariam por sete elementos-chave: (1) a modificação da dimensão clássica entre direita e esquerda; (2) a explícita separação entre as questões sociais e econômico-fiscais; (3) o maior crescimento da importância das questões sociais decorrentes da exacerbação da diferenciação sociocultural do que as demandas econômicas; (4) o crescimento concomitante do individualismo de mercado e da responsabilidade social; (5) a existência de diversos questionamentos ao Estado de Bem-Estar Social; (6) a emergência de políticas centradas em questões-chaves e a ampliação da participação cidadã, por um lado, e o declínio das organizações políticas hierárquicas, por outro; (7) a existência dos mais fervorosos defensores da NCP nas sociedades menos hierárquicas e entre os indivíduos mais jovens, mais instruídos e os que vivem mais confortavelmente.

Contrastando essas características com o contexto brasileiro, podem-se levantar diversas questões para o debate. Em primeiro lugar, a questão é que enquanto no contexto europeu a divisão entre direita e esquerda tradicionalmente organizou – e em certa medida permanece balizando – o comportamento político e cultural da sociedade, no Brasil, em contraposição, essa clivagem somente fazia sentido para a pequena parcela da população detentora da cultura letrada e para a que se encontrava organizada nas formas associativas

ligadas ao trabalho assalariado urbano de alta qualificação ou do setor público.

Um segundo aspecto é que no caso brasileiro as demandas sociais baseadas em objetivos redistributivos permanecem pressionando fortemente a política econômica e fiscal, tendo em vista o grau de carência e desigualdades sociais que vigoram em nosso país. Em terceiro lugar, no Brasil, ao contrário do primeiro mundo, as necessidades econômicas tradicionais, voltadas para a reprodução social, permanecem tendo uma grande relevância na agenda política.

Em quarto lugar, no Brasil, mesmo com nuances e talvez sem a direta associação com a dualidade esquerda-direita, observa-se tendência similar de fortalecimento dos partidos e líderes que associam o liberalismo econômico com uma postura progressista na dimensão social. Em quinto, em relação à defesa da descentralização político-administrativa para os níveis de governo local e mesmo para esferas da sociedade, pode-se observar relativa difusão de valores semelhantes no Brasil. Entretanto, nos últimos anos, o revigoramento da crença no planejamento público e, por outro, a disputa sobre o sentido e conteúdo da descentralização, tem se tornado objeto de polêmicas e de fortes críticas entre acadêmicos e os atores sociais mobilizados a chamada ideologia “neolocalista”, muito mais susceptível tanto à corrupção como à chantagem por parte de grandes empresas e interesses privados das elites locais. Em quinto lugar, a análise da história brasileira sugere maior cautela nessa dicotomia entre mobilização e associativismo, possibilitando por como hipótese a existência de vínculos não negligenciáveis entre esses dois processos,

especialmente nas áreas urbanas não metropolitanas, apesar de podermos verificar também no Brasil a introdução de movimentos sociais em torno dos direitos difusos.

Por último, divergindo das diferenças anteriores, o caso de a chamada NCP tender a ter mais força nas metrópoles e centros urbanos mais modernos – caracterizados por alcançarem elevados padrões de qualidade de vida – e atingir de forma mais forte os jovens. Tal tendência também pode ser observada no Brasil, mesmo que em menor escala de intensidade em relação aos países do Primeiro Mundo, devendo ainda ser destacada a possibilidade de esses valores da NCP estarem associados mais fortemente à vida metropolitana – o que podemos denominar “efeito metrópole”, considerando-se as históricas e fortes desigualdades culturais entre os mundos sociais agrário e urbano na sociedade brasileira.

Em termos relativos ao Brasil, quando comparamos as pessoas moradoras em áreas metropolitanas com aquelas que habitam áreas não metropolitanas, essas últimas parecem valorizar mais ações e comportamentos vinculados aos valores republicanos tradicionais. Esses dados, em princípio, aparentemente paradoxais podem ser explicados pelo que denominamos “efeitos metrópoles” – na verdade um complexo resíduo de interações entre inúmeras variáveis não passíveis de serem desagregadas – do ponto de vista estatístico após serem expurgadas, no limite do possível, variáveis clássicas como renda, educação, classe, gênero, etnia, acesso a infraestrutura física, a serviços de consumo coletivos, saúde, entre outras.

Grosso modo, poderíamos caracterizar a média da população brasileira como apresentando um discurso fortemente comunitarista e solidário a povos em situação de carência, paralelamente a uma prática de mobilização social e política pífia em relação aos países do primeiro mundo anteriormente citados. Essa nossa fragilidade permite elaborar uma hipótese de que países com altos graus de mobilização social e política – como Canadá, Suécia e França – mesmo que retoricamente sejam bem menos “altruístas” que o Brasil, na prática concreta seria capazes de mobilizar ajudas a terceiros relativamente maiores que as nossas.

Ao longo deste ensaio exploratório buscamos evidenciar a emergência de novos laços entre a cidadania e a condição urbana. Pretendemos continuar gerando novos conhecimentos tanto a partir da reaplicação desta pesquisa em diversas metrópoles brasileiras como desenvolvendo análises comparativas internacionais.

Acreditamos ser possível de forma incremental levantar um conjunto de informações empíricas de caráter *cross-national* que nos permitam revisitar a referência clássica de Max Weber sobre a dimensão urbana da cidadania. Partimos do suposto que estas bases empíricas nos permitem atualizar a tese clássica da sociologia urbana segundo a qual o exercício da cidadania – *máxime*, a cidadania política – seria não só influenciado pelo modo de vida cidadão, como constituiria mesmo a manifestação do “urbanismo” em sentido sociológico.

Sérgio de Azevedo

Professor Titular da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pesquisador da rede Observatório das Metrôpoles e Consultor *Ad Hoc* de diversas agências governamentais na área de políticas públicas. Graduado pela Escola Brasileira de Administração Pública, realizou pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e mestrado no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Realizou seu doutorado em Sociologia na Universidade Católica de Louvain e o pós-doutorado na Universidade de Stanford. Foi Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor do Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Na Universidade Estadual do Norte fluminense desempenhou as funções de Coordenador de Mestrado, Chefe de Laboratório, Diretor do Centro de Ciências do Homem e Vice-Reitor. Publicou inúmeros trabalhos na área de políticas públicas em livros e revistas acadêmicas no Brasil e no Exterior (Rio de Janeiro, Brasil).

azevedo.sergio@uol.com.br

Orlando Alves dos Santos Junior

Sociólogo, doutor em planejamento urbano pelo IPPUR/UFRJ, atualmente é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da coordenação da Rede Observatório das Metrôpoles/CNPq, desenvolve pesquisas na área da política urbana e da cultura política. Autor de diversas publicações sobre a política urbana, entre as quais se destacam *As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira* (em co-autoria, ed. Revan) e *Democracia e Governo Local* (ed. Revan, Fase) (Rio de Janeiro, Brasil).

orlandoju17@hotmail.com

Luiz César de Queiroz Ribeiro

Mestre em Desenvolvimento Econômico e Social pela Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É o coordenador geral do Observatório das Metrôpoles. Desenvolve estudos sobre os temas: metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o território nacional, dimensão socioespacial da exclusão/integração nas metrôpoles, governança urbana, cidadania e gestão das metrôpoles. Co-editor da revista *Cadernos Metrôpoles* www.observatoriodas-mestropoles.net. Autor de diversas publicações, entre as quais destacam-se *As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira* (em co-autoria, ed. Revan) e *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito* (organizador, ed. Fundação Perseu Abramo, Fase) (Rio de Janeiro, Brasil).

lcqr@terra.com.br

Notas

- (1) O Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) vêm desenvolvendo um projeto comparativo sobre a análise das atitudes sociais e políticas de brasileiros no marco das redes do International Survey Research Programme (ISRP) e da European Social Survey (ESS). No Brasil, o projeto conta também com a participação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

- (2) Por “efeito cidade” consideramos – após isoladas as variáveis clássicas como renda familiar, formação educacional, socialização primária, instruções dos pais, etc. – um “resíduo” decorrentes de *trade offs* entre diversas variáveis existentes em maior grau nas grandes metrópoles, ainda que difícil de serem isoladas, como ambiente cultural diversificado, maior interação com diferentes equipamentos de acesso à cultura, livrarias, restaurantes internacionais, jornais, bibliotecas, livrarias, teatros, cinemas e concertos músicas, entre outros.
- (3) Ver, entre outros, Clark e Inglehart (2007); Clark e Hoffmann-Martinet (1998) e Clark e Navarro (2007).
- (4) Esse processo de regulação do mercado pelo Estado é inerente ao próprio capitalismo. Como destaca Karl Polany (2000), *subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado* (p. 84) resultaria no desmoronamento da sociedade. Segundo o autor, esta ameaça torna inevitável o surgimento (como ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX) de algum forma de protecionismo que limitasse o poder do livre mercado: *Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social* (p. 85). É para proteger a sociedade do *desse moinho satânico* (p. 86) que surgem os contramovimentos de proteção social. De fato, inclusive as próprias transações capitalistas devem ser também protegidas do funcionamento irrestrito do mercado.
- (5) Somente depois da recente crise internacional que afetou, em diferentes graus, todos os países desenvolvidos, além da periferia do sistema, resolveu-se discutir seriamente as alternativas de regulação do mercado financeiro internacional.
- (6) Nesses números não foram consideradas cerca de uma dezena de iniciativas de criação de novas regiões em andamento.
- (7) Foram entrevistadas 2.000 pessoas no país, na amostra nacional, e complementarmente mais 1.304 pessoas distribuídas nas seguintes cidades: São Paulo (384), Rio de Janeiro (500), Porto Alegre (384), Belo Horizonte (384), Recife (384), Natal (384) e Goiânia (384). No que se refere à amostra nacional, temos 51,2% de mulheres e 48,9% de homens, todos maiores de 18 anos, distribuídos entre as seguintes faixas etárias: (a) 34,6% entre 18 e 29 anos; (b) 31,6% entre 30 e 44 anos; (c) 19,9% entre 45 e 59 anos; (d) 11,8 entre 60 e 74 anos; e (e) 2,2 com mais 75 anos. A maior parte dos entrevistados é solteira (49%), mas também é significativo o percentual de casados (37%). A amostra também contou com 7% de viúvos e 7% de separados ou divorciados. Em geral, o nível de escolaridade dos entrevistados é baixo, prevalecendo pessoas que cursaram até o nível médio incompleto (68% da amostra).
- (8) No questionário, a pergunta foi formulada da seguinte forma: “Abaixo são listadas algumas formas de ação política e social que as pessoas podem ter. Por favor, indique, para cada uma delas se: (1) fez no último ano; (2) fez em anos anteriores; (3) nunca fez, mas poderia ter feito; (4) nunca o faria. Formas de ação política e social: assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado; boicotar ou comprar determinados produtos por questões políticas, éticas ou ambientais; participar em uma manifestação; participar em um comício ou em uma reunião política; contactar, ou tentar contactar, um político ou um funcionário do governo para expressar seu ponto de vista; dar dinheiro ou tentar recolher fundos para uma causa pública; contactar ou aparecer na mídia para exprimir suas opiniões; participar em um fórum ou em um grupo de discussão pela internet”.

- (9) Para controlarmos estatisticamente a comparação das médias dos índices para cada cidade, realizamos uma análise de variância para distinguirmos médias que não se diferenciam significativamente e formando grupos de médias que diferenciam significativamente entre si.
- (10) Os índices de associativismo e de mobilização foram construídos com base nas médias das respostas das questões relativas a cada um dos índices (ver Tabelas 1 e 2), tendo como resultado um índice que varia de 0 a 3.
- (11) Na socialização primária, o índice corresponde à média alcançada em duas perguntas: “(a) quando o(a) senhor(a) tinha 14/15 anos, com que frequência se falava de política em sua casa?; (b) na escola/universidade, com que frequência se fala, ou se falava, de política?”. Na construção do índice, foram dados pesos diferenciados, de acordo com as seguintes respostas: “(4) frequentemente; (3) algumas vezes; (2) raramente; e (1) nunca”. Na socialização secundária, o índice corresponde à média alcançada em uma pergunta dividida em cinco itens: “Hoje em dia, fora dos meios de comunicação (televisão, rádio e jornais), com que frequência ouve falar de assuntos políticos em cada um dos seguintes locais: (a) local de trabalho; (b) encontros com os amigos; (c) a própria casa ou a de seus familiares; (d) reuniões associativas; (e) conversas com os vizinhos. Na construção do índice, foram dados pesos diferenciados de acordo com as seguintes respostas: (4) frequentemente; (3) algumas vezes; (2) raramente; e (1) nunca”.
- (12) O índice corresponde à média alcançada para a seguinte pergunta: “Com que frequência o(a) senhor(a) faz cada uma das seguintes coisas?: (a) lê assuntos de política nos jornais; (b) vê os noticiários na televisão; (c) ouve os noticiários da rádio; (d) utiliza a internet para obter notícias e informação política. Sendo: (5) todos os dias; (4) 3-4 dias por semana; (3) 1-2 dias por semana; (2) menos de 1 dia por semana; e (1) nunca”.
- (13) A pergunta do questionário era a seguinte: “Há muitas opiniões diferentes sobre o que se deve fazer para ser um bom cidadão. Numa escala de 1 a 7, em que 1 significa nada importante e 7 muito importante, que importância o(a) Sr(a). atribui, pessoalmente, a cada um dos seguintes aspectos: (a) votar sempre nas eleições; (b) nunca sonegar impostos; (c) obedecer sempre às leis e aos regulamentos; (d) manter-se informado sobre as atividades do governo; (e) participar em associações, sindicatos e partidos; (f) tentar compreender a maneira de pensar das pessoas com opiniões diferentes das suas; (g) escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro; (h) ajudar as pessoas que, no Brasil, vivem pior do que o(a) senhor(a); (i) ajudar as pessoas que, no resto do mundo, vivem pior do que o(a) senhor(a); e (j) estar disposto a prestar serviço militar quando for preciso.”
- (14) Se levarmos em conta apenas as médias gerais, Rio de Janeiro e Belo Horizonte se aproximariam das cidades de São Paulo e Porto Alegre, mas, de fato, olhando os diferentes componentes da pesquisa percebe-se que elas flutuam fortemente na importância atribuída aos diferentes valores.
- (15) A pergunta do questionário foi a seguinte: “Há muitas opiniões diferentes sobre os direitos das pessoas numa democracia. Nesta escala de 1 a 7, em que 1 significa sem importância e 7 muito importante, que importância o(a) sr(a). atribui a: (a) todos os cidadãos terem um nível de vida digno; (b) as autoridades respeitarem e protegerem os direitos das minorias; (c) as autoridades tratarem todas as pessoas da mesma maneira, independentemente da sua posição social; (d) os políticos escutarem os cidadãos antes de tomarem decisões; e (e) dar às pessoas mais oportunidades de participar nas decisões de interesse público.”
- (16) A pergunta do questionário foi: “O senhor(a) diria que é interessado em política? Sendo: (4) muito interessado; (3) interessado; (2) não muito interessado; e (1) não tem interesse nenhum”.

Referências

- AZEVEDO, S. de e MARES GUIA, V. R. dos (2004). “Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil”. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fundação Perseu Abramo/Fase.
- BAQUERO, R. e BAQUERO, M. (2007). Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*. Cascavel, v. 6, n. 11, pp. 139-153.
- BOSCHI, R. (2004). Instituciones políticas, reformas estructurales y ciudadanía: dilemas de la democracia en Brasil. *Revista Política*. Santiago, v. 42, pp. 281-308.
- CABRAL, M. V. (2000). “O exercício da cidadania política em Portugal”. In: CABRAL, M. V.; VALA, J. e FREIRE, J. (orgs.). *Trabalho e Cidadania*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRAL, M. V. e SILVA, F. C. da (2007). “Ciudad y ciudadanía en Portugal. El “efecto metrópolis” sobre el ejercicio de la ciudadanía política”. In: CLARK, T. N. e NAVARRO, C. J. *La nueva cultura política: tendencias globales y casos iberoamericanos*. Madri, Miño y Dávila.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- CLARK, T. N. e INGLEHART, R. (2007). “La nueva cultura política: cambios en el apoyo al estado del bienestar y otras políticas en las sociedades post-industriales”. In: CLARK, T. N. e NAVARRO, C. J. *La nueva cultura política: tendencias globales y casos iberoamericanos*. Madri, Miño y Dávila.
- CLARK, T. N. e HOFFMANN-MARTINOT, V. (1998). *The New Political Culture*. Boulder, Colo, Westview Press.
- CLARK, T. N. e NAVARRO, C. J. (2007). *La nueva cultura política: tendencias globales y casos iberoamericanos*. Madri, Miño y Dávila.
- DAMATTA, R. A. (1979). *Carnavais, malandros ou heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DAVIDOVICH, F. (2001). *Metrópole – Escalas, Questões e Situação no Brasil*. Encontro Nacional da ANPOCS, Anais. Caxambu, outubro.
- GARSON, S. (2009). *Regiões metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles.
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- _____ (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo, Loyola.
- HOBBSAWM, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX (1914- 1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IBGE (1997). *Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política*. Rio de Janeiro, IBGE.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MOURA, R. et al. (2004). A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura da gestão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL O DESAFIO DA GESTÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS EM PAÍSES FEDERATIVOS. Brasília. Disponível em: < http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/rms_brasil.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2007.

- NUNES, E. (1997). *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro, ENAP/Jorge Zahar.
- OSBORNE, D. e GAEBLER, T. (1992). *Reinventing Governement - how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector*. Nova York, Addison-Wesley Press.
- POLANYI, K. (2000). *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- PUTNAM R. D. (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. dos (1996). *Associativismo e participação popular: tendências da organização popular no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPPUR/FASE.
- _____ (2007). "Metrópoles brasileiras: territórios desgovernados". In: RIBEIRO, L. C. de Q. e SANTOS JUNIOR, O. A. dos. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro, Revan, Fase.
- SANTOS, W. G. (1993). *As razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de Q. e AZEVEDO, S. de (orgs). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, Fase.
- TOURAINÉ, A. (1995). *O Brasil frente aos desafios da globalização*. Palestra realizada na FAFICH/UFMG, Belo Horizonte.

Texto recebido em 10/maio/2009

Texto aprovado em 19/jul/2009